

A PUC-SP no contexto internacional

Luiz Eduardo W. Wanderley*

Resumo

Esse texto contempla três dimensões. A natureza histórica das universidades e seus impactos sinérgicos nas relações internacionais. A inserção da PUC-SP no contexto internacional, desde as suas origens e no presente. Sugestões concretas para inserir de modo crescente a PUC-SP nas relações internacionais contemporâneas.

Palavras-chave: universidade e cultura; parcerias internacionais; cursos no exterior; MERCOSUL.

Abstract

This text contemplates three dimensions. The historical nature of the Universities and their synergistic effects in international relations. The insertion of PUC-SP into the international arena from its origins and in the present day. Concrete suggestions in order to increasingly insert PUC-SP into the contemporary international relations.

Keywords: university and culture; international partnership; abroad courses; MERCOSUL.

Universidade: transformações e exigências

Situar a Universidade na história de longa duração lembra que elas são herdeiras das instituições do mundo greco-romano e adquiriram configurações próprias nos contextos do Ocidente cristão e do Oriente islâmico. No período feudal surgiram os *studia generalia*, em cujas instâncias patrocinadoras recebiam frequentadores vindos de múltiplas regiões do mundo conhecido. Em livro sobre *O que é Universidade* (Wanderley, 2003, 9 ed.) traço um quadro de sua origem, de mudanças na América Latina, desde a aplicação de modelos do exterior até o Movimento Reformista, surgido com o “Manifesto de

* Sociólogo e professor titular do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi reitor dessa Universidade no período de 1984-1988. Mantém vínculos com a Comissão do Mercosul, da CLACSO. E-mail: marilew@uol.com.br.

Córdoba” (1918), que a modernizou e teve impactos poderosos na política do continente latino-americano.

Nas universidades que foram se constituindo, em seus pilares estruturais se centravam os objetivos de que nelas, além de se produzir e difundir conhecimentos, geravam-se oportunidades para um contato sistemático com a cultura universal ou com as diversas culturas mundiais. Progressivamente, mesmo não sendo um espaço exclusivo das universidades, em seus espaços criaram-se as condições para o estudo das culturas locais e nacionais, das civilizações, dos conceitos, leis, teorias, paradigmas, pensamentos, definições, interpretações, explicações etc.; com as contribuições teóricas e práticas de pensadores, intelectuais, acadêmicos e de outras fontes, clássicos e contemporâneos, que marcaram e marcam os mais amplos ramos de saber. Nelas se elaboram sistematicamente o trabalho científico e as técnicas que incidem na formação e continuidades das sociedades humanas. Nas últimas décadas, com o impacto dos meios de comunicação de massa, as facilidades de transporte, a revolução informacional, aumentaram as condições concretas para contatos diretos e indiretos com pessoas e idéias do mundo todo.

Nesse prisma analítico, cabe um destaque à constatação da “(...) notável continuidade institucional da universidade, sobretudo no mundo ocidental, sugere que seus objetivos sejam permanentes” (Souza Santos, 1996, p. 187). Na *Declaração Mundial sobre o Ensino Superior para o XXI século: visão e ações*, do mesmo modo se destaca que o ensino superior provou sua viabilidade no decorrer dos séculos (Unesco, 1998, p. 2). A crença nesta afirmação é que “(...) sua atitude de se adaptar, de evoluir e de engendrar a mudança e o progresso na sociedade” move tantas pessoas a lutar por ele.

Durante uma longa duração, os objetivos clássicos foram investigação, ensino e centro de cultura. Buscavam-se conhecer mais, formar pessoas capacitadas para entender e transformar um mundo em mudanças rápidas e profundas, conhecer o universo e a Terra, ao lado do conhecimento dos meios e instrumentos que potencializassem as

ações humanas. Com o advento da modernidade, houve oscilações recorrentes entre os objetivos pretendidos de igualdade, fraternidade, liberdade, justiça, felicidade, progresso, democracia, que compunham a chamada *racionalidade substantiva*, formal, em confronto com a *racionalidade instrumental* ou técnica, centrada no atendimento dos meios, das técnicas que possibilitasse concretizá-la; essa última acabou por prevalecer por décadas em detrimento da outra.

Depois de transformações em sua institucionalidade e mesmo conflitos no decorrer de séculos, as instituições de ensino superior se centraram em pesquisa, ensino, com as nuances próprias de cada cultura, mas de modo convergente no apego ao modelo ocidental, com influências marcantes do que provinha da Europa e dos Estados Unidos. O lado mais inquietante é o fato de que as instituições adotaram o modelo da universidade administrada, de conhecimentos dirigidos preponderante ou exclusivamente para a formação de profissionais e técnicos voltados para as exigências postas pelo Mercado. O que, com raras exceções, se concentrou na gestão empresarial, num ensino e pesquisa voltados explicitamente para as novas exigências do capitalismo em geral, e, nas últimas décadas, no capitalismo neoliberal; um exemplo nesse sentido, ademais dos conteúdos exercidos no ensino e na investigação em geral, se completou na dimensão extensão (também chamada de prestação de serviços). Todas essas inflexões profundas, na maioria dos casos, subordinaram ou até atrofiaram a sua natureza propriamente cultural e privilegiaram, em grande número de casos, o seu conteúdo utilitarista, produtivista. Posteriormente, houve uma multiplicação de seus objetivos e funções, derivados da própria expansão do número de universidades e do aumento da população docente e discente, acompanhados pela ampliação das áreas de saber. Essa ampliação foi devida, basicamente, às necessidades postas pela divisão social do trabalho, pelas exigências da consolidação do capitalismo e pelas imposições do Mercado, com suas exigências de especialização, diversificação, atendimento às novas tecnologias, entre outras razões; o que, no geral, conduziu-as a

perderem a visão de conjunto, de totalidade, holística, de complexidade. Do sentido da ciência e das sociedades, não raro isolando, antepondo os saberes e conhecimentos.

Um Relatório da OCDE (1987) atribuía às universidades dez funções principais: educação geral pós-secundária; investigação; fornecimento de mão-de-obra qualificada; educação e treinamento altamente especializados; fortalecimento da competitividade da economia; mecanismo de seleção para empregos de alto nível através do credenciamento; mobilidade social para os filhos e filhas das famílias operárias; prestação de serviços à região e à comunidade local; paradigmas de aplicação de políticas nacionais; preparação para os papéis de liderança social (apud Souza Santos, 1996, p. 189).

Na Declaração mundial da Unesco sobre o ensino superior (1998), estabelecem-se algumas missões e funções do ensino superior: missão de educação, formação e pesquisa; lugar ético, de autonomia, responsabilidade e função de antecipação; acesso na equidade; reforço da participação e promoção do lugar das mulheres; fazer progredir os conhecimentos para a pesquisa nos domínios científico, artístico e das ciências humanas e na difusão de seus resultados; uma orientação de longo prazo sobre a pertinência (entendida como a adequação do que a sociedade espera dos estabelecimentos e o que eles fazem); reforçar a cooperação com o mundo do trabalho, concomitante a análise e a antecipação das necessidades da sociedade; diversificar para ampliar a igualdade das chances; uma abordagem inovadora da educação – pensamento crítico e criatividade; professores, autoridades decisórias e estudantes, os principais protagonistas do ensino superior; avaliação da qualidade (ensino e programas, pesquisa, instalações e equipamentos etc.), que exige uma auto-avaliação e instâncias independentes de nível nacional; o potencial e os impactos da tecnologia (de informação e comunicação); reforçar a gestão e o financiamento do ensino superior (cabendo um papel central ao financiamento da parte do Estado); compartilhar os conhecimentos e o saber-fazer através das fronteiras e

dos continentes; evitar o êxodo das competências e sua reconquista (por meio da cooperação Norte-Sul, e Sul-Sul).

Intercâmbios: vantagens e riscos

Nesse contexto, a presença das IES no mundo é estimulada pelos intercâmbios científicos, intelectuais, acadêmicos, culturais em sentido amplo entre as universidades. De um lado, a multiplicação de publicações que se extravasam pelas regiões do planeta, com publicações em línguas nacionais. De outro lado, o número expressivo de professores e estudantes que vão estudar em outros países, ampliando a sua formação acadêmica, mas não só ela. Nessa inserção no exterior, vários fatores comprovam que existem vantagens reconhecidas na ida dos docentes para o seu aprofundamento científico e cultural, basicamente desenvolvida por meio de cursos, pesquisas, eventos, orientações conjuntas (as *co-tutelas*); e que, em tempos mais próximos, tem se aberto em novas perspectivas interessantes de *dupla diplomação* entre algumas IES estrangeiras (essa possibilidade se abre agora para a nossa PUC-SP), etc. E do mesmo modo é aferido que, em contraposição, são evidentes os riscos de, nessa inserção em outros países, eles assimilarem os modelos de formação lá executados e os importarem para a nossa realidade sem as devidas adequações; algo analisado por diversos autores na história latino-americana e brasileira em especial, ora resultante da imposição dos países colonizadores, e na sequência dos países dominantes, ora como incorporação na linha das *ideias fora do lugar*.

Na ida dos estudantes, eles correm os mesmos riscos dos docentes, com tendências de serem mais impactados pelas ideias forâneas, nessa etapa de seu aprendizado científico. Nessa perspectiva, é preciso cuidado com a expansão dos meios de recrutamento por instituições do exterior, selecionando os melhores candidatos, fortalecendo o êxodo dos especialistas, bem como o acesso ao melhor e o pior do “Primeiro Mundo” pela Internet. Nesse sentido, é válida a crítica elaborada por estudiosos sobre a presença do Banco Mundial

nas políticas educacionais, caracterizadas basicamente pela: (a) a prevalência da lógica financeira sobre a lógica social e educacional e (b) a falácia de políticas que declaram o objetivo de elevação da qualidade do ensino, enquanto simplesmente implementam a redução dos gastos públicos para a educação e mantêm-se indiferentes à carreira e ao salário do magistério. E, concomitantemente, “pelo ordenamento no campo educacional necessário a (a) adequar as políticas educacionais ao movimento de esvaziamento das políticas de bem-estar social; (b) estabelecer prioridades, cortar custos, racionalizar o sistema, enfim, embeber o campo educativo da lógica do campo econômico; e (c) subjugar os estudos, diagnósticos e projetos educacionais a essa mesma lógica” (De Tommasi, 1996).

Em que pese esse lado opressor, traduzido contemporaneamente no chamado *pensamento único*, membros de universidades, intelectuais e representantes de organismos regionais e nacionais, especificamente no campo educativo (e em múltiplos outros campos sociais) têm formulado diretrizes sinalizadoras de mudanças nos modelos de conhecimento, quer no âmbito internos de muitas IES, locais, regionais, nacionais, quer em instâncias políticas, e socioculturais. Especificamente no campo educativo, podem ser citados: Convenções mundiais da ONU e Unesco, fóruns educacionais, difusão de modelos institucionais (o modelo de Bolonha adquiriu notoriedade), Relatórios de Conferências mundiais. Pelo impacto reconhecido, o Centro Internacional de Pesquisas e Estudos Transdisciplinares (Ciret), em colaboração com a Unesco, que argumenta em prol de um *conhecimento transdisciplinar*, cujo sentido “está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das disciplinas e além de toda a disciplina” (Nicolescu, 1997). Sem ignorar que essas Declarações, ao lado de impactos expressivos em certas instituições, acabam em ter apenas um valor simbólico, uma petição de princípios, ou um agregado de boas intenções, porque, no geral, traduzem o consenso médio dos participantes das comissões e eventos, tentando evitar tensões incômodas.

Inserção sul-americana e no Mercosul

Pela proximidade e objetivos de uma efetiva integração regional, no âmbito do Mercosul, surgem iniciativas promissoras. Em 1992, foi criado o Setor Educacional do Mercosul, que tem por objetivo construir um espaço educacional integrado por meio da coordenação de políticas de educação. No ensino de línguas, houve a aprovação da obrigatoriedade do ensino do espanhol como língua estrangeira nas escolas de nível médio. Nessa linha, em 2004, foi criado o Projeto “Escolas Bilíngues de Fronteira”, inicialmente por meio de acordo com a Argentina e depois incorporado à agenda educacional do Mercosul; com expansão progressiva a outros vizinhos sul-americanos. Na I Cúpula Social do Mercosul (Brasília, 13 de dezembro de 2006), a Declaração Final sustentava: “Sublinhamos a importância do fortalecimento das políticas regionais de educação que respeitem e valorizem a diversidade cultural, racial, étnica e de gênero, e que incorporem como fundamento os direitos humanos como elemento indissociável da criação de uma cidadania regional. Defendemos, especialmente, a adoção de políticas de educação para a integração. De inclusão educacional de segmentos vulneráveis, das políticas de financiamento para a educação e da valorização, em todos os níveis, dos profissionais da educação (...) Conclamamos os governos a criar as condições para o desenvolvimento do ensino das línguas portuguesa e espanhola, idiomas oficiais do Bloco, em todos os países do Mercosul. É igualmente imprescindível garantir a utilização, preservação e transmissão das línguas maternas das populações originais da região, especialmente nas áreas de fronteira”. Na esfera do ensino superior, aconteceram fóruns de Educação Superior no Mercosul, constituiu-se o Grupo de Alto Nível com o objetivo de elaborar um projeto para a criação do Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul. O governo brasileiro tem a proposta de criar o Instituto Mercosul de Estudos Avançados, objetivando desenvolver a formação de pós-graduação e pesquisa avançada interdisciplinar, com base em rede e parceria com as universidades

federais, estaduais e comunitárias. Na perspectiva de mobilidade acadêmica, avaliação e credenciamento, surgiu o sistema regional permanente de cursos de graduação, por meio do Mecanismo Experimental de Credenciamento (Mexa), que já foi aplicado em diversos cursos: Agronomia, Engenharia e Medicina; com aprovação de novos cursos – Enfermagem, Odontologia, Veterinária e Arquitetura. Já está aprovado o Programa de Mobilidade Docente de Curta Duração entre os países do Mercosul. Com a coordenação do Brasil, existe o Sistema de Informação e Comunicação do Mercosul, com informações atualizadas sobre as iniciativas educacionais da região (com o site institucional do Bloco: <http://www.sic.inep.gov.br>). Está em fase de elaboração, o Estudo Analítico-Comparativo do Mercosul Educacional (2007). Em São Paulo, um local patrocinador de atividades – eventos, publicações, biblioteca – tem sido o Memorial da América Latina.

Os vínculos da PUC-SP nesse contexto

Inicialmente, a instituição se vinculou, desde a origem, com a dimensão internacional, tanto na incorporação de diretrizes e mecanismos institucionais espalhados pelo mundo nos cursos (indicações bibliográficas, diretrizes curriculares) quanto na presença de professores estrangeiros, etc. No caso do setor educativo vinculado à Comissão Episcopal para a América Latina – Celam, vale o registro das influências exercidas pelo Documento de Buga em nossa reforma interna (em 1967).

Nas últimas décadas, no caso da PUC-SP tem havido um crescimento da presença de professores e alunos no plano internacional, que vem se multiplicando nos últimos anos; tanto na ida para o exterior quanto na vinda de estrangeiros de distintos países para estágios e outras atividades em nosso meio (um número expressivo originário da África e de diversos países latino-americanos). Outro ponto expressivo é o da presença de professores estrangeiros em eventos aqui realizados, ao lado de professores visitantes que participam de cursos em nossa programação. Um indicador expressivo dessa participação

vem dos Acordos e Parcerias que a nossa Universidade mantém com instituições de ensino superior de diversos países (um quadro deles pode ser encontrado na documentação elaborada pela Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais – ARII). Desse intercâmbio, cabe uma referência especial para os impactos de algumas dessas ações no exterior, principalmente na formação de mestres e doutores implementada por alguns Programas de pós-graduação de nossa Universidade (por exemplo, o de Serviço Social, com atuação em Portugal, em instituições de Lisboa e Porto, e na Argentina, na Universidade de Mar del Plata; o de Educação e Currículo, em Angola e Moçambique).

Outro elemento potencializador dessa integração e visão internacionais ocorre por meio da presença ativa e contributiva de grupos e núcleos com atividades em cursos, pesquisas, eventos, patrocinados por organizações das Universidades, dentre as quais (sem pretensão de esgotar), podem ser indicados: Grupo de Estudos Ásia Pacífico, Centro de Estudos de Religiões Alternativas de Origem Oriental no Brasil, Núcleo de Estudos de Relações Internacionais, Análise de Conjuntura de RI, Núcleo de Estudos Estratégicos e Competitividade Internacional, Núcleo de Estudos de História da América Latina, Núcleo de Estudos Latino-Americanos.

Exemplos de valor derivaram da participação ativa de professores que ocuparam funções na nossa Universidade, com trajetórias de grande ressonância mundial, afastados de suas instituições por motivos de repressão do regime militar, e que aqui tiveram uma colhida solidária e estimulante: aqueles expulsos da USP, tais como o prof. Florestan Fernandes, o prof. Octávio Ianni; além de outros com atuação reconhecida, como o prof. Paulo Freire. Esses autores, e alguns outros, tiveram obras publicadas em diversas línguas, com repercussão expressiva no plano mundial.

Um exemplo fecundo vem da atuação do curso de relações internacionais. Pioneiro na sua criação na graduação, ele se destaca por diversos motivos. Primeiro, pelo conteúdo formativo que coloca RI como

um campo de conhecimento interdisciplinar, agregando conteúdos científicos e visões de diversas áreas de conhecimento. Segundo, pela formação especializada alcançada, que se traduz no engajamento de ex-alunos em entidades de política externa, na diplomacia, na presença em empresas no concerto mundial. Terceiro, pelo intercâmbio organizado de estudantes com certos países, para um reconhecimento recíproco, como por exemplo, nos últimos anos, com a Argentina, com os Estados Unidos.

Quarto, pela experiência vitoriosa e original de uma parceria da PUC-SP com a Unicamp e a Unesp, na constituição do Programa de RI San Tiago Dantas, cuja dinâmica de qualidade e criativa tem sido bem avaliada pela Capes. Alguns frutos dessa parceria são reconhecidos em instâncias governamentais e no campo universitário em geral, nacional e mundial, podendo ser elencados: participação ativa em eventos internacionais; publicação de livros e artigos com boa repercussão, no Brasil e em outros países; presença de professores visitantes em cursos e eventos; formação de mestres com boa formação (61 do início até hoje) e atuação deles depois de formados em áreas e entidades importantes de RI no plano nacional e mesmo mundial; produção de dissertações de bom nível, algumas já incorporadas em publicações; presença dos professores e alunos nas instâncias especializadas de RI no plano nacional; presença dos professores em seminários, congressos, eventos de natureza internacional, aqui e no exterior. Dos vários projetos desenvolvidos, um resultou na criação do Instituto Nacional de Estudos sobre os Estados Unidos. Uma área de concentração significativa tem sido o Pró-Defesa – Paz, Defesa e Segurança Internacional.

Um dado a ser lembrado diz respeito a pesquisas conjuntas, que contaram com pesquisadores (docentes e discentes) do Cedec, da Unesp, da PUC-SP, do San Tiago Dantas, e mesmo de outras instituições em certos momentos (Fundap, FGV), cujos objetos de estudo estiveram focados nesse campo internacional. Um projeto temático versou sobre a *Gestão pública estratégica dos governos subnacionais frente aos processos de inserção internacional e de*

integração regional, cujo universo se fixou no estado de São Paulo, com ampliações para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e regiões da Argentina (Buenos Aires, Rosário); bem como estudos sobre Mercocidades e La Reunion Especializada de Municípios y Intendencias. Seus resultados foram publicados em dois livros organizados por Vigevani (2004) e Wanderley (2005), nos quais se destacam conceitos relevantes (governos subnacionais, paradiplomacia, globalização, política regional comunitária na União Europeia, etc.), e limites e potencialidades da participação de representantes de governos e da Sociedade Civil (empresários, trabalhadores, centrais sindicais, universidades, etc.) no Mercosul. A equipe da PUC-SP se concentrou na análise da gestão pública e a questão social no cenário urbano das grandes metrópoles e a presença da Sociedade Civil no Mercosul. Na sequência, novo projeto temático, sobre *Gestão pública e inserção internacional das cidades* (do qual foram elaborados quatro livros, no prelo), com foco na cidade de São Paulo e aproximações com as cidades de Barcelona e Buenos Aires. Nesse projeto, a equipe puquiiana focalizou a natureza e os impactos da globalização hegemônica e da globalização contra-hegemônica nas cidades; a gestão pública democrática nas metrópoles; a presença da Sociedade Civil no encaminhamento da questão social; os impactos de alguns Acordos de Agências multinacionais (PNUD, BIRD, BID, URB-AL) com a cidade de São Paulo.

Sugestões para uma presença ativa da PUC-SP no contexto internacional

Um número expressivo dessas sugestões já faz parte do ideário e de projetos concretos em andamento na PUC-SP e a motivação aqui é a de reforçá-las e ampliá-las, e talvez subsidiá-las com algum novo aporte. Além de apoio de agências estrangeiras, a Capes, o CNPq e a Fapesp têm estimulado e ampliado recursos para esse intercâmbio.

- Estimular, de modo crescente, que os alunos participem das bolsas sanduíche e outras similares, para estágios em países expressivos.

- Estimular que um número expressivo de professores realize sua opção de atividades de pós-doutoramento em outros países.
- Ampliar a conquista de novos parceiros para os processos de co-tutela e da dupla diplomação.
- Potencializar os Acordos e Parcerias com IES de todo o mundo, principalmente no setor de pesquisas.
- Inserir-se ativamente em redes e fóruns de objetivos críticos e ações libertadoras.
- Participar de eventos internacionais (seminários, congressos, etc.), com contribuições efetivas.
- Multiplicar a publicação de textos (livros, capítulos de livros, artigos em revistas especializadas) no exterior, em múltiplas línguas.
- Manter em sites dos cursos de graduação e programas de pós-graduação, informações sobre publicações e pesquisas, para a divulgação nos interessados, pelo menos em espanhol, inglês, francês.
- Ampliar nas nossas publicações a presença de nomes significativos de autores e pesquisadores estrangeiros, para comporem os Conselhos Científicos e os Conselhos Editoriais.
- Defender que na América Latina, nos países de língua espanhola, a segunda língua seja o português (brasileiro); e nos países de língua portuguesa, a segunda língua seja o espanhol, dinamizando os projetos em andamento, e valorizando o reconhecimento e a valorização das línguas nativas (indígenas, principalmente) nos países nos quais têm uma presença marcante.

Referências bibliográficas

CHAUÍ, M. de S. (2001). *Escritos sobre a universidade*. São Paulo, Ed. Unesp. Comissão Internacional sobre a Educação da Unesco.

CIRET-UNESCO (1997). *Que universidade para o amanhã? Em busca de uma evolução transdisciplinar para a universidade*. Congresso Internacional de Locarno, Suíça.

CORSANI, A. et alii (2001). *Vers um capitalismo cognitif*. Paris, L'Harmatan.

DE TOMMASI, L., WARDE, M. e HADDAD, S. (orgs.). (1996). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo, Cortez/Ação Educativa/PUC-SP.

MORIN, E. (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo/Brasília, Cortez/Unesco.

_____ (2007). *Introdução ao pensamento complexo*. São Paulo, Sulina, 3 ed.

NAGAMINE MASSAFUMI, J. *A Universidade e compromisso social - a experiência da reforma universitária da PUC São Paulo*. São Paulo/Campinas, EDUC/Autores Associados.

NICOLESCU, B. (1996). *La transdisciplinarité*. Paris, Rocher.

PORTANTIERO, J. C. (1978). *Estudiantes y política na América Latina 1918-1938: el proceso de la reforma universitária*. México, Siglo XXI.

RIBEIRO, D. (1972). *La universidad latinoamericana*. Santiago, Universitária, 3 ed.

SECRETARIA-GERAL da Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2007). *Mercosul social e participativo – construindo o Mercosul dos povos com democracia e cidadania*. Brasília, publicação da Secretaria-Geral, elaborada pela Assessoria para Assuntos Internacionais, nos marcos do Programa Somos Mercosul.

SOUSA SANTOS, B. (1996). *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Cortez, 2 ed.

UNESCO (1998). *Declaration Mondiale sur L'Enseignement Superieur pour le XXIe. Siecle: vision et actions*. Paris, Unesco.

_____ (Relatório Delors). Paris, Unesco.

_____ (1999). *Educação: um Tesouro a Descobrir*. São Paulo, Unesco/MEC/Cortez.

VIGEVANI, T.; WANDERLEY, L. E. et alii (orgs.). (2004). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo, Edunesp/Educ/ Edusc/Fapesp.

WANDERLEY, L. E. W. (1999). *O que é Universidade*. São Paulo, Brasiliense, 9 ed.

_____ (1999). Universidade em perspectiva. *PUC Viva* n. 5, junho.

WANDERLEY, L. E. W. e VIGEVANI, T. (orgs.). (2005). *Governos subnacionais e sociedade civil – integração regional e Mercosul*. São Paulo, Educ/Edunesp/Fapesp.